

VISÃO DO CORREIO

A eleição pertence aos brasileiros

Chegamos à reta final do primeiro turno das eleições sob pressão internacional, num cenário diferente daquele de 2022. Há quatro anos, o governo de Joe Biden contribuiu para desencorajar uma ruptura institucional e reconheceu prontamente a vitória de Lula. Agora, as afinidades da administração Donald Trump com o bolsonarismo alimentam preocupações sobre a atuação de Washington. Entretanto, nenhuma potência tem autoridade para tutelar nossas urnas, financiar sua deslegitimação ou condicionar o reconhecimento do resultado à vitória de seu candidato preferido. Cabe exclusivamente aos brasileiros escolher seu presidente.

Não se trata de uma prerrogativa do governo Lula, mas de um direito da sociedade brasileira, inclusive de quem pretende derrotá-lo. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 158,7 milhões de cidadãos estão habilitados a votar neste ano. É desse eleitorado que deve sair o mandato presidencial. Afinidades internacionais podem integrar o debate sobre política externa; não podem substituir a vontade popular nem conferir a governos estrangeiros qualquer poder de arbitragem sobre a democracia brasileira.

É grave, nesse contexto, a informação que levou a Advocacia-Geral da União a solicitar investigação à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal. Segundo reportagem do *The Guardian*, US\$ 1 milhão do Departamento de Estado americano estaria destinado ao programa “Combate ao lawfare e à censura no Brasil”. O pedido de apuração é necessário: a existência de financiamento ilegal e sua eventual conexão eleitoral precisam ser demonstradas, com provas e respeito ao devido processo.

O problema ultrapassa o montante anunciado. Recursos de uma potência destinados a influenciar disputas institucionais brasileiras podem produzir efeitos políticos superiores ao seu valor financeiro. Se confirmada uma operação dessa natureza, o Brasil deve

reagir pelos canais diplomáticos e pelos mecanismos legais disponíveis. A Constituição fornece o fundamento dessa resposta. A soberania é princípio fundamental da República; a independência nacional e a não intervenção orientam suas relações internacionais.

Também merece atenção a suspensão dos serviços consulares americanos, seguida pelo fechamento da embaixada australiana. O Departamento de Estado alegou preocupações de segurança e informou que trabalha com autoridades brasileiras. Não apresentou publicamente a natureza da ameaça nem vinculou a medida à eleição. Cabe ao Brasil proteger as representações diplomáticas e esclarecer os riscos. O momento justifica vigilância, mas não permite converter suspeitas de pressão política em fatos comprovados.

Repelir ingerências estrangeiras tampouco significa conceder imunidade ao Supremo Tribunal Federal (STF). Seus ministros devem prestar contas de suas decisões e responder por eventuais irregularidades, conforme as leis brasileiras. A defesa da soberania ganha força quando acompanha a exigência de transparência institucional. O desgaste de uma Corte não concede a outro país licença para dirigir sua reforma, selecionar seus integrantes ou explorar suas vulnerabilidades para interferir na escolha do presidente.

Esse princípio vale para os Estados Unidos e para qualquer outro país, seja governado pela direita, seja pela esquerda. O Brasil precisa de relações internacionais capazes de ampliar comércio, investimento e cooperação, preservando sua liberdade de decisão. A campanha deve devolver centralidade à segurança, à renda, à saúde e à educação, e o vencedor terá de responder aos brasileiros por esses problemas. Nossa democracia comporta divergências profundas; sua legitimidade depende de que o resultado das urnas prevaleça sobre interesses estrangeiros e seja respeitado por vencedores, derrotados e parceiros internacionais.



MARCOS PAULO LIMA

marcospaulo.df@cbnet.com.br

A fé no jogo da desinformação

Na política brasileira, a fé deixou de ser apenas uma expressão da consciência individual para ocupar espaço estratégico nas campanhas eleitorais. Em nome de Deus, candidatos buscam votos, adversários são transformados em ameaças e informações falsas encontram terreno fértil para se multiplicar. O fenômeno não tem dono, partido ou denominação religiosa.

Em 2022, uma das narrativas disseminadas contra Luiz Inácio Lula da Silva era a de que, se eleito, fecharia igrejas evangélicas. A acusação mobilizou lideranças religiosas e exigiu reação da campanha petista. Na ocasião, Lula citou como contraponto a sanção, em 2009, da lei que instituiu o Dia Nacional da Marcha para Jesus. A Lei 12.025 foi, de fato, sancionada por ele naquele ano.

Quatro anos depois, a religião voltou ao centro de uma controvérsia eleitoral, desta vez envolvendo Nossa Senhora Aparecida. Depois de Flávio Bolsonaro defender a declaração do Brasil como país pertencente ao Senhor Jesus Cristo, ganhou força nas redes sociais a versão de que o candidato pretendia retirar de Nossa Senhora Aparecida o título de padroeira do país.

Não há declaração de Flávio Bolsonaro nesse sentido. A alegação retomou, inclusive, conteúdos falsos que haviam circulado em eleições anteriores. Checagens publicadas durante a atual campanha também desmentiram a associação entre o candidato e uma suposta iniciativa para retirar de Nossa Senhora Aparecida o título de padroeira do Brasil.

Os episódios têm personagens e circunstâncias diferentes, mas revelam uma característica comum da disputa política: a tentativa de mobilizar sentimentos religiosos por meio do temor.

O eleitor evangélico não pode ser tratado como alguém disposto a abrir mão de sua liberdade de culto diante de qualquer ameaça

atribuída a um adversário. Da mesma forma, o católico não deve ser levado a acreditar que sua devoção está em risco com base em uma informação sem sustentação factual.

A Constituição assegura a liberdade de consciência e de crença, o livre exercício dos cultos religiosos e a proteção aos locais de culto e suas liturgias. São garantias que não pertencem a um partido, a um presidente ou a uma liderança espiritual. Protegem todos os brasileiros.

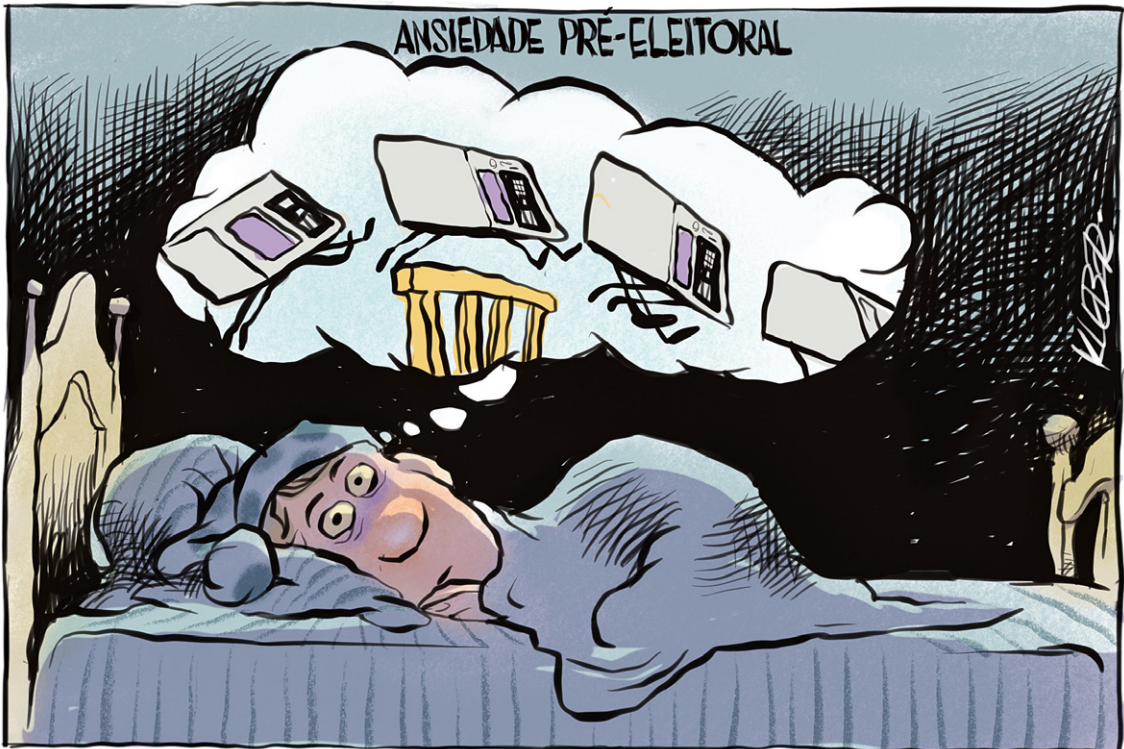
A questão merece atenção especial porque a fé é uma dimensão íntima, capaz de despertar sentimentos profundos de pertencimento, proteção e identidade. Quando a campanha transforma essa dimensão em instrumento de medo, o debate público perde espaço para a descon-fiança e a hostilidade.

Não se trata de impedir que candidatos expressem suas convicções religiosas ou dialoguem com comunidades de fé. A liberdade de manifestação também os contempla. O limite está em atribuir intenções inexistentes a adversários, disseminar acusações sem provas e estimular a percepção de que a vitória de um grupo representa uma ameaça à existência religiosa do outro.

Em uma democracia plural, o cristão não precisa escolher entre sua fé e a cidadania. Tampouco deve aceitar que sua crença seja utilizada como procuração eleitoral.

A história recente oferece uma lição que atravessa os dois episódios: quando o medo religioso muda de endereço conforme o lado da disputa, talvez seja preciso olhar menos para a religião e mais para o uso político que se faz dela.

Na urna, a consciência deve falar mais alto do que a corrente de mensagens. Fé não é instrumento de manipulação. E liberdade religiosa não pode ser privilégio de quem pensa igual. Vote em paz!



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato. E-mail: sredat.df@dabr.com.br. O **Correio** reserva-se o direito de resumir os textos enviados.

Eleição judicializada

Estas eleições talvez sejam as mais judicializadas de nossa história recente. A TV Justiça parece ter dado aos ministros do STF e do TSE um protagonismo que ultrapassa os limites que muitos esperavam do Judiciário. Candidatos recorrem aos Tribunais Superiores para tentar obter, por decisões judiciais, o que não conseguiram resolver no âmbito político. Mais preocupante ainda é ver regras discutidas e aceitas pelos partidos serem questionadas ou modificadas às vésperas das eleições. O resultado é uma sociedade perplexa, diante de decisões que podem alterar o próprio jogo eleitoral durante a partida. Fica a sensação de que a conquista do poder passou a valer mais do que o compromisso com o interesse público. Democracia exige regras claras, segurança jurídica, equilíbrio entre os Poderes e respeito à vontade popular. E, diante de tudo isso, fica uma pergunta inevitável: até onde ainda iremos chegar?

» **João Coelho Vítola**
Asa Norte

Quem controla quem?

Mais uma vez, o STF roubou a cena do processo eleitoral. A decisão do ministro Gilmar Mendes de colocar o candidato Renan Santos no debate da Globo, depois de decisões anteriores em sentido contrário dentro da própria Justiça Eleitoral, levanta uma pergunta simples: afinal, quais são as regras e quem tem autoridade para mudá-las no meio do jogo? Uma hora decide um ministro. Depois, decide outro. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) toma uma decisão, e o STF intervém. E quem fica no meio dessa confusão? O eleitor. Diante dessas arbitrariedades, a sensação do cidadão é de impotência. Não temos a quem recorrer. Parece que, dependendo do jogo político, as regras valem para uns e podem ser reinterpretadas para outros, e que, quando a decisão vem do topo do Judiciário, sobra pouco espaço para o cidadão questionar. A última esperança está no Senado, que tem a competência constitucional para processar e julgar ministros do STF por crimes de responsabilidade. Portanto, é hora de votar em candidatos comprometidos com essa causa.

» **Ana Beatriz C. C. Lacerda**
Lago Norte

Risco Brasil

Às vésperas de um momentoso processo eleitoral, o Brasil corre grande perigo. Existem vaticínios de

» correio braziliense.com.br

ARTIGO

Ricardo Martins, PhD em sociologia e especialista em relações internacionais e geopolítica, escreve sobre o silêncio acerca de violências cometidas por grandes potências no artigo “Quando os direitos humanos se tornaram instrumento geopolítico”. Confira no site do **Correio**

PODCAST DO CORREIO

Jornalistas do **Correio** entrevistaram, ao longo desta semana, os cinco primeiros candidatos nas pesquisas de intenção de voto para o Governo do Distrito Federal: Ricardo Cappelli (PSB), Kiko Caputo (Novo), Leandro Grass (PT), Paula Belmonte (PSDB) e Celina Leão (PP).



Aponte a câmera e confira os vídeos na íntegra

BLOCO DE NOTAS

O jornalista Carlos Alexandre de Souza comenta as repercussões do cancelamento do debate dos presidenciais marcado para esta quinta-feira, na TV Globo, e as estratégias finais dos candidatos.



Aponte a câmera e confira o vídeo na íntegra

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA			ASSINATURAS*	
Localidade	SEG/SÁB	DOM	SEG a DOM	
			R\$ 1.187,88	
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00	360 EDIÇÕES	
			(promocional)	
Assine				
(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp				
*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno. Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 99158.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.				
Anuncie				
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp				
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp				
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp				

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2586 Whatsapp.

ANJ

WZ

associação

press

Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press. Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS

D.A

Press

D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco 1, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 /1582/1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br